



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Relatório da Reunião do Grupo de Trabalho Insular Quarta-feira 18 de abril de 2018 - Madrid

Cleofe Carballo, Presidente do grupo de trabalho sugeriu numerosas alterações no relatório da reunião anterior. Recorda que, em dezembro de 2017, Aurélie lhe enviou o projeto de relatório, mas que, estando no mar, esqueceu-se de lhe responder. Quando viu que o documento estava em linha, apercebeu-se do seu erro. Enviou as suas observações à Aurélie no dia 27 de março. Esta lembrou-lhe que, uma vez o documento em linha, era necessário apresentar as alterações numa reunião. É o que ele está prestes a fazer.

Jean-Marie Robert recordou a importância de transmitir eletronicamente as alterações antes da reunião, tendo em conta os prazos de tradução. Cleofe transmitirá as suas alterações aos Membros e ao Secretariado.

1º) Pontos de informação

1-1 - Implementação do CC RUP

Cleofe apresentou um histórico do processo de implementação do CC RUP, indicando o que tinha acontecido antes e desde a reunião de Santiago do dia 25 de outubro de 2017. Comenta a situação atual e os conflitos internos em curso, devidos ao facto de Fernando Gutierrez agir ilegitimamente e em nome da Federação Regional das Cofradias das Canárias. O mesmo age como se fosse o representante de todo o setor canarino, apesar de não o ser. As OPPs manifestaram o seu desacordo e rejeição junto das autoridades de pesca competentes.

Até dezembro de 2017, a situação era a seguinte: O setor canarino, aquando de 4 reuniões tinha votado por maioria absoluta a opção 6-6-6, com um único voto contra - o da Cofradia dos Pescadores de Nuestra Señora de los Reyes del Hierro, presidida por Fernando Gutierrez. No dia 14 de outubro, Cleofé transmitiu aos representantes portugueses e franceses a proposta canarina, mas não houve resposta à proposta, não tendo tampouco sido possível debatê-la na reunião de Santiago de Compostela.

No dia 10 de novembro, contactou novamente os representantes das Rups Francesas e portuguesas, por correio eletrónico, mas ninguém se pronunciou relativamente à proposta. Gualberto Rita respondeu que os representantes franceses que tinham agido na reunião de Março de 2018 tinham mudado. Mas não se pronunciou sobre a resposta canarina.

Aquando da reunião da Junta do Governo da Federação Regional, que teve lugar a 12 de dezembro, Fernando Gutierrez contestou o voto da última reunião do dia 26 de setembro, o qual tinha aprovado a opção 6-6-6. Na reunião do dia 12 de dezembro, a



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

opção 6-4-3 recebeu 10 votos a favor e um voto contra - o da Cofradia de Corralejo, presidida por Cleofé Carballo.

Na sequência desse voto, o Sr. Gutierrez informou que ia contactar os representantes das Rups e a Comissão, para os informar que o setor aprovava a opção 6-4-3. Cleofé repete que o Sr. Gutierrez não o podia fazer, pois este não é o representante legal do setor canarino (extrativo, comercialização e transformação). E que, para além do mais, ignorou o resultado contra do voto das cofradias e das Cooperativas da Federação Provincial de Las Palmas (9 associações) e das OPPs que votaram pela opção 6-6-6.

Ou seja, pretende aprovar a opção 6-4-3 com o voto a favor de apenas 10 das 25 Cofradias das Canárias, sem consultar as 3 cooperativas de pescadores, as quais também têm o direito de votar; deixando de fora deste processo as 9 associações da Federação Provincial de Las Palmas e os representantes da comercialização e da transformação (as OPPs) que votaram pela outra opção.

ISLATUNA e OPTUNA expressaram o seu total desacordo e propuseram organizar uma nova reunião para tentar obter um voto consensual e poder tomar uma decisão final - não aceitando a representação de Fernando Gutierrez, que os deixa de fora do processo de formação do CC RUPs de maneira intencional desde o início.

Cleofé refere não entender por que é que isto foi aceite, não tendo ninguém sequer respondido à proposta do 6-6-6. Essa proposta é, no entanto, conciliadora, permitindo, por um lado, os 6 lugares requeridos pelo setor das RUPs francesas e, por outro, o equilíbrio de poder requerido pelo setor canarino. A maioria do setor canarino não aceita a opção 6-4-3.

Serge Larzabal indica que as RUPs francesas não aceitam a opção 6-6-6.

Gualberto Amaral recordou as diligências efetuadas para a criação do CC RUP e informou os membros que as autoridades das Canárias lhe tinham dito que o representante dos profissionais das Canárias era Fernando Gutierrez e que era ele a pessoa a contactar.

Cleofé Carballo pede para esses documentos lhe serem transmitidos, porque ninguém o informou disso. Diz que foi tudo feito nas suas costas quando ele organizava reuniões com o setor canarino. Sente-se, mais uma vez, traído.

Jean-Marie Robert expressou a sua surpresa e incompreensão face a essas palavras: Como é que Cleofé, que é Vice-Presidente da Federação, pode contestar o seu Presidente e o voto dessa estrutura representativa dos pescadores das Canárias?

Cleofé explica-lhe que, aquando de várias reuniões organizadas na Federação Regional, todas as cofradias o tinham eleito como representante da Federação para negociar a formação do CC RUP e que ele agiu apenas, transmitindo e respeitando aquilo que tinha



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

sido decidido nas Assembleias do Governo, independentemente da decisão. É por esse motivo que o Sr. Gutierrez não pode agir como representante legal da Federação Regional: Porque não o é, e muito menos de todo o setor. Tampouco pode deixar de fora do processo as confradias e as Cooperativas de Federação Provincial de Las Palmas, as quais não pertencem à Federação Regional, nem às OPPs que tampouco dela fazem parte, e que são as representantes da comercialização e da transformação. Todas as associações da Federação Provincial de Las Palmas e as OPPs votaram a favor do 6-6-6, com Cleofé Carballo como representante legal, tal como decidido nas reuniões.

Cleofé Carballo refere, para além disso, que Fernando Gutierrez recusou sempre organizar uma reunião comum, reclamada pelas OPPs, o que impediu o diálogo e o debate para se chegar a um acordo.

Serge Larzabal indica ter falado com Fernando Gutierrez durante a reunião da ICCAT no passado mês de novembro e que este fazia tudo para validar os acordos de Bruxelas de março de 2017 sobre a repartição do ComEx.

Cleofé Carballo responde que esse é outro ato ilegal de Fernando Gutierrez. Recorda que o mesmo não pode acionar nada, porque nenhum acordo tinha sido validado em Bruxelas. A única coisa que tinha sido decidida foi que, ele, Cléofé, proporia à votação as duas opções a todo o setor canarino, organizando as reuniões necessárias. E, nas Canárias, em princípio, todos votaram e não aceitaram a opção 6-4-3, mandatando Cleofé para encontrar uma solução conciliadora.

É importante notar que a reunião em que as 10 confradias votaram a favor da 6-4-3 teve lugar no dia 12 de dezembro. Como é que ele pôde acionar algo que não tinha sido votado e que era contrário ao que tinha sido decidido pela sua própria Federação? Isto é contrário aos acordos alcançados, e é exercer uma representação que não possui.

Foi pedido a Cleofé para este transmitir a sua apresentação, a qual será anexada ao relatório.

Os representantes das RUPs francesas e portuguesas referem que a repartição 6-4-3 foi objeto de acordos celebrados entre as partes, pelo que foi validada. A implementação do CC RUP deve, por conseguinte, ser prosseguida através da elaboração de uma lista de membros.

Cleofé expressa o seu desacordo e informa que transmitirá "esse acordo" - que não é um acordo - a todo o setor canarino, que ele representa. Pois, na sua opinião e na opinião de uma grande parte do setor, as coisas foram feitas ilegalmente, por terem sido feitas nas costas de uma parte do setor, ignorando o seu voto contra e com uma representação ilegítima. Pede para todos os documentos, textos e correspondências que os representantes das RUPs portuguesas e francesas citaram lhe serem transmitidos. Pede para estes lhe serem endereçados o quanto antes para ele os poder enviar.



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Serge Larzabal especifica que esse procedimento não tem nada a esconder e que todos os documentos serão colocados em linha no Web site do CC SUL com o relatório da reunião.

Alguns representantes das associações dos Açores, Pedro Melo (ACPA), Jorge Gonçalves (APEDA), João Bagnari (Porto de Abrigo) afirmam não ter tido conhecimento dessas negociações. Como indicado em várias reuniões, foram deixados de fora desse processo de formação do CC RUP - o qual não foi transparente. Lamentam que, tratando-se de um assunto tão importante, todas as organizações abrangidas não tenham sido informadas do desenvolvimento das negociações. Pedro Melo especifica que a sua organização, a ACPA, uma organização de comercialização, não faz parte da Federação de Pescas dos Açores e que nunca deu poder de representação à mesma para esta negociar a constituição do CC RUP. Agradece o Presidente por este tratar do assunto na presente reunião, sendo esta a única maneira de saber o que se passa relativamente a este assunto.

Björn Stockhausen (Seas at Risk) propôs a sua ajuda para a criação do CC RUP e lamenta que as ONGs não tenham sido envolvidas antes. Jean-Marie Robert recordou a Björn que ele as tinha convidado por escrito a participar nesse processo há um ou dois anos. Björn responde que tinha aceitado mas que ninguém entrou em contacto com ele. Jean-Marie acrescenta que as ONGs têm o seu lugar de pleno direito no CC RUP, mas que é preferível resolver primeiro o principal problema, que é a representatividade do setor.

1-2) Atualidade Comunitária: Alteração do Regulamento Delegado de Rejeições para as Espécies Pelágicas: Tamanho mínimo do Longorón

Cleofé comenta que o tamanho de 9 cm para o *longorón* (biqueirão ou anchova das Canárias) foi renovado através do Regulamento (UE) n° 2018/188, que altera o Regulamento Delegado (UE) N° 1394/2014, estabelecendo a Obrigação de Desembarque das espécies pelágicas.

Comenta que o setor tem dúvidas acerca do facto de esse tamanho não poder ser alterado de modo definitivo no futuro, para não depender desses aditamentos e alterações dos Regulamentos Delegados. Isto cria inseguranças porque as pescarias são importantes para nós e precisamos que o tamanho de 9 cm seja fixado e que não ocorram mais variações.

Ao ver a proposta da Comissão do Regulamento das Medidas Técnicas, vemos no respetivo Anexo VII de TMRC para as Águas Ocidentais, a introdução da exceção do tamanho de 9 cm para o nosso território - a zona COPACO 34.1.2 - e para a zona CIEM IX, tal como estabelecido no Regulamento Delegado das Rejeições.

Cleofé explica que o novo Regulamento de Medidas Técnicas é muito importante para o setor das Canárias e dos Açores, porque abrange diferentes temas abordados hoje: O





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

estabelecimento do tamanho do *longorón*, as possibilidades de isenções pela captura e o transbordo dos pequenos pelágicos abaixo dos tamanhos mínimos e a margem de tolerância das capturas declaradas no diário eletrónico, que será discriminada na apresentação de Jorge.

Sabemos que esse Regulamento até foi adotado pelo Conselho e o Parlamento; e gostaríamos de perguntar, para quando, aproximadamente, está prevista a aprovação do referido Regulamento.

2) Eliminação do tamanho mínimo do Robalo nas Canárias

Cleofé recorda a alteração de redação pedida. Foi proposto substituir:

"Para evitar qualquer distorção do mercado, o CC SUL recomenda que, independentemente do seu tamanho, os robalos fugidos das explorações aquícolas não sejam comercializados fora das Ilhas Canárias"

Por:

"Para evitar qualquer distorção do Mercado, o CC SUL recomenda que não sejam comercializadas fora das Ilhas Canárias as capturas de robalos tornados selvagens abaixo do tamanho mínimo europeu em vigor".

O erro cometido no Parecer 115, ponto 9.3 não foi reconhecido durante o Comité Executivo, pelo que deve ser alterado nesse sentido o quanto antes.

Cleofé informa que a Consejería de Agricultura, Ganaderia, Pesca y Aguas publicou a 22 de março um protocolo para a prevenção e a redução dos escapes de peixes de cultivo em jaulas no mar.

Relativamente a este projeto de Parecer 115, Cleofé informa que a Comissão respondeu através da Nota 5134426, a 22 de setembro, incluindo uma consulta ao CSTEP. Contactei os especialistas em escapes e, juntamente com os nossos técnicos, confessaram-me que era necessário dialogar antes com os técnicos da Comissão para dissipar algumas dúvidas, mas que não concordavam com o conteúdo dessa nota, nem com o relatório do CSTEP (especialmente no respeitante aos dados e aos estudos usados). Veem nitidamente que o robalo é uma espécie ausente localmente e não autóctone, e consideram que foi cometido um erro. Será preparado um projeto de parecer em resposta à Nota da CE.

2- Problemas existentes nalgumas pescarias dos Açores

2-1 Apresentação da pescaria de Atum nos Açores





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Jorge Gonçalves (APEDA) apresentou a pescaria de atum nos Açores como acordado na reunião anterior. O objetivo era demonstrar a importância dessa pescaria nos Açores e, logo, a necessidade de passar de uma pescaria acessória para uma pescaria dirigida. O objetivo é levar esse pedido até à ICCAT.

Jorge também salientou as margens de erros na estimativa do peso dos atuns, e gostaria de passar de uma margem de erro de 10% para 20%, sublinhando a dificuldade dessa estimativa.

2-2 Pescarias de Profundidade.

Jorge Gonçalves informou que, na sua região, não se pesca com arrastos ou redes e que as pescarias são essencialmente de anzóis. Defende que a sua região não participou no empobrecimento das unidades populacionais de tubarões de profundidade do Atlântico Norte. Que, atualmente, a APEDA participa num projeto de pesquisa DISCARDLESS juntamente com o IMAR e a Universidade dos Açores, cujo objetivo é reduzir as capturas acessórias de tubarões de profundidade, para respeitar a PCP.

JG descreve que, na pescaria de peixe-espada ou peixe-espada preto (*Aphanopus carbo*) realizada com palangre de fundo e regulada pelo Regulamento (UE) N° 2016/2285, existem capturas acessórias de tubarões de profundidade e que esse Regulamento permite um volume de capturas acessórias de 10 toneladas/ano no que respeita aos tubarões de profundidade.

Por outro lado, descreve uma pescaria muito importante nos Açores, praticada com palangre de fundo a mais de 800 m de profundidade, dirigida à Melga ou *Merluza canaria* (Mora moro). Em 2017, foram capturadas 189 toneladas. Nessa pescaria, também existem algumas pequenas capturas acessórias de tubarões de profundidade, mas a norma não estabelece, como no caso do peixe-espada, um volume de capturas acessórias para essas espécies de tubarões.

O que se pretende para os Açores e que se poderia aplicar a todas as regiões ultraperiféricas, é a alteração do Anexo do referido Regulamento comunitário com a inclusão da pescaria de Melga ao lado da do peixe-espada preto, de modo a poder beneficiar de maneira conjunta das 10 toneladas de capturas acessórias de tubarões de profundidade, para ambas as pescarias - o que não representaria qualquer esforço de pesca extra sobre essas espécies. É realçado que não se pretende realizar uma pescaria dirigida aos tubarões de profundidade.

Alguns membros recordaram que o CC não é o sítio certo para se debater da repartição das quotas, sendo isso da responsabilidade dos Estados Membros, que devem tratar do assunto a esse nível.

Também é recordado que o objetivo é comum a todos: Passar para um plano de gestão na próxima sessão da ICCAT e obter a flexibilização das medidas de gestão necessárias para uma boa exploração dessa unidade populacional.





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

ANEXO: INTERVENCIÓN DE CLEOFÉ CARBALLO SOBRE LA CONFIGURACIÓN DEL CC-RUPS.

En la reunión de Santiago de Compostela del 25 de octubre de 2017 les informé de lo que había pasado hasta entonces. A continuación les resumiré por orden cronológico, lo que había pasado hasta ese momento. Y después les contaré lo que ha sucedido hasta ahora. Para que sepan en que momento estamos en Canarias. Y cuál es nuestra posición.

A modo de resumen, les recuerdo que las negociaciones llevan 3-4 años bloqueadas por un único punto, el número de plazas en el Comité Ejecutivo. La última propuesta de las RUPs francesas fue de 6/4/3 miembros para Francia/Portugal/Azores+ 2 elementos supranacionales de investigación y productivo+ Pacto de Caballeros. Se empezó con una propuesta de 6/1/1. Los 5 miembros del CC-Sur defendieron siempre la paridad, como ocurre en este CC y en otros. Y se alegó en contra también de las 2 plazas para elementos supranacionales y el Pacto de Caballeros.

Nuestra última propuesta que ya conocen fue la de 6:6:6.

EN LA REUNIÓN DE SANTIAGO DE COMPOSTELA, CELEBRADA EL 25 DE OCTUBRE DE 2017 LES INFORMÉ DE LO SIGUIENTE:

- Lo sucedido en la reunión celebrada en Bruselas, el 30 y 31 de marzo. Donde me dejaron fuera de la misma. Y pude entrar gracias a un pase de Azores.
- Les informé que tal y como se había acordado, promoví varias reuniones con el sector extractivo por un lado la Federación Regional (dos reuniones) y por otro lado la Federación Provincial de Las Palmas. Y también con el sector de la comercialización y transformación, representado por las OPPs.
- Se había alcanzado, tras estas reuniones, una posición consensuada del Sector Extractivo para la composición del Comité Ejecutivo y de los representantes de las OPPs, con el único voto en contra de la Cofradía del Hierro, presidida por Don Fernando Gutiérrez). Era nuestra propuesta de 6:6:6.
- Una vez aprobada esta posición se envió por correo electrónico el 14 de octubre a los representantes de las RUPs francesas (Serge Larzabal) y a la Federación de Pesca de Azores y representantes de Madeira.
- Con fecha 25 de Octubre se celebró la reunión del Grupo de Trabajo de la Subdivisión Insular. Al no haber habido respuesta en estos 11 días. Esperaba que se hubieran hecho llegar nuestra propuesta a los interesados para poder debatirla y conocer su opinión. Pero no fue posible porque por un lado, no asistió Don Serge Larzabal, que había actuado en representación de las RUPs francesas en otras reuniones (no en la última de Bruselas). Y al preguntar a las RUPs portuguesas, constante que no había llegado mi propuesta a las asociaciones pertenecientes a la Federación de Azores, ni tampoco a las de Madeira.
- En dicha reunión expuse nuestra propuesta de 6:6:6 y Don Antonio Laureno, en representación de la Federación de Azores se comprometió a trasladar esta propuesta a todos sus asociados para poder debatirla. Y enviarme una respuesta.





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

No he tenido respuesta. Quería preguntarles si se llegó a enviar y si se debatió.

DESPUES DE LA REUNIÓN DE SANTIAGO DE COMPOSTELA, HA OCURRIDO LO SIGUIENTE:

- El 10 de noviembre volví a escribir un correo a los representantes de las RUPs: Don Serge Larzabal, a la Federación de Pesca de Azores y Copesca- Madeira. Indicando que no había recibido respuesta alguna.
- El 19 de noviembre contestó Don Gualberto Rita, indicando que habían cambiado los representantes de las RUPs francesas que asistieron a la reunión de marzo (Nicolás Díaz y Delphine Ciolek) y que tardaría la respuesta. Pero no indicaba la postura de Azores. A día de hoy, ni las RUPs portuguesas ni las francesas han respondido. Y seguimos sin saber cuál es el representante actual de las RUPs francesas. Y a quién dirigimos.
- El 12 de diciembre, Don Fernando Gutiérrez en la reunión de la Junta de Gobierno de la Federación Regional, impugnó la votación del 26 de septiembre donde se había aprobado la opción de 6.6.6. Se produjo una nueva votación y salió aprobada la opción de 6:4:3 propuesta por las RUPs francesas. Con 10 votos a favor y 1 voto en contra, la de mi Cofradía de Corralejo.
- Con esta votación Don Fernando Gutiérrez informó que se había puesto en contacto con representantes de las administraciones regionales de Azores y Madeira y que estaba intentando contactar con los representantes del sector de las RUPs Francesas. Para que se aprobase la constitución del CC-RUPs.
- De forma reiterada ha informado de que el está dando pasos para la formación del CC-RUPs.

Es necesario aclarar que en Canarias dentro del sector, la **transformación y comercialización** estaría representada por las OPPs. Y el **sector extractivo** está constituido por 25 Cofradías y 3 Cooperativas de pescadores (2 de Gran canaria y 1 en El Hierro). Hay 9 asociaciones: las 4 Cofradías de Gran Canaria y 3 Cofradías de Lanzarote, de las 4 existentes en esta isla, que están englobadas en la Federación Provincial de Las Palmas, y que no pertenecen a la Federación Regional, por discrepancias con el Presidente de la misma. En este y otros temas.

En relación a las informaciones dadas por Don Fernando Gutiérrez sobre constitución del CC-RUPs, cabe aclarar lo siguiente:

1º) Las OPPs han mostrado su malestar por todo lo ocurrido, ya que **consideran que Don Fernando Gutiérrez está liderando el proceso de constitución del CC-RUPs de forma ilegal, actuando en nombre de todas las asociaciones: Sector Extractivo, Comercialización y Transformación. Y el no representa a ninguno de los 3 sectores.**

Además. **Está intentando aprobar esta opción con el voto a favor de 10 Cofradías de 25, ninguna de las 3 Cooperativas por parte del sector extractivo. Es**



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

decir 10 votos de 28. Y ninguno de los representantes de la comercialización y transformación.

Lo peor de todo, es que está actuando como si representase a todo el sector canario. Cuando él no es el representante, ni de las 2 OPPs, ni de las 9 asociaciones pesqueras pertenecientes a la Federación Provincial de Las Palmas. Tampoco lo es de la Federación Regional, donde se ha aprobado en varias reuniones que soy yo su representante a efectos de Consejos Consultivos. Le he solicitado varias veces que me envíe las actas de las reuniones donde se aprobó mi representación, pero no me las ha querido entregar.

A día de hoy, soy yo el único representante de todas ellas. Y D. Fernando está actuando de forma ilegítima. Esto lo han puesto en conocimiento de las autoridades pesqueras competentes las dos OPPs: ISLATUNA y OPTUNA.

2º) Don Fernando Gutiérrez no ha permitido el diálogo del sector. Y está vetando la participación de las OPPs y de la Federación Provincial de Las Palmas.

Las OPPs han intentado asistir a las reuniones celebradas por la Federación Regional para compartir con sus Cofradías su experiencia y hacerles ver su punto de vista, para aportarles la máxima información posible y poder decidir entre todos. Pero en ningún momento lo ha permitido. Lo cual si ha sido posible con las Cofradías de la Federación Provincial de Las Palmas.

Y en vista de esto, las OPPs convocaron una reunión, el 21 de junio, en la cual invitaron a todo el sector: Federación Regional, Federación Provincial y las 2 OPPs. En esta reunión no se presentó nadie en representación de la Fed. Regional, para evitar el debate. Si acudió la Federación Provincial de Las Palmas. Que además se reunió el 26 de junio para que pudieran asistir las Cofradías que no pudieron asistir el 21 de junio.

Una vez que Don Fernando Gutiérrez indicó en reiteradas ocasiones que él iba a seguir con la formación del CC-RUPs, se ha intentado que entrase en razón haciéndole ver que no era legal lo que estaba haciendo. Pero sigue en su postura.

3º) La situación actual es que Don Fernando Gutiérrez sigue actuando de forma ilegítima en nombre de todo el sector. Y si empezasen los trámites de constitución del CC-RUPs por su única intervención, las OPPs no descartan emprender las acciones legales para frenarlo.

4º) Me ha molestado mucho que, en todo este proceso que les he contado, Don Fernando no ha dicho la verdad en muchas ocasiones. Ha justificado su actuación porque se iba a perder mucho dinero, se iba a renovar la flota. También afirmaba que íbamos a tener una oficina en Bruselas. Cuando el secretariado va a estar en Terceira (Azores). Nos ha descalificado reiteradamente porque consideraba que bloqueábamos el proceso por motivos personales, enfrentamientos con los representantes de las otras RUPs, etc. Cuando





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

lo único que hemos hecho ha sido defender la posición que considerábamos mejor para el sector canario. La paridad es lo que existe en el CC-Sur y otros CCS.

Y lo peor de todo es que en todo momento el indicaba que él no tenía ni idea de los CCs, pero no ha permitido el asesoramiento de las asociaciones del sector que si tenemos experiencia en ello.

5º) Respecto a las posibles comunicaciones que se hayan realizado a la Comisión. No tenemos ni idea de cuál es la situación actual. Pero queremos informar que la propuesta de Don Fernando Gutiérrez no es la propuesta del sector canario, solo de 10 asociaciones. Y que todavía no se ha tomado una decisión final. Nos gustaría saber por la Comisión, cual es el estado actual de estas negociaciones, y si se ha dado algún paso ya. Porque él no nos ha informado en ningún momento.

6º) Las dos OPPs van a promover la celebración de una próxima reunión para tomar una decisión final. Que esperamos que sea la última. La van a convocar ellos. Y van a intentar de nuevo, que participe todo el sector que quiera asistir, las 25 Cofradías, las 3 Cooperativas y las OPPs para decidir entre todos por bloques (sector extractivo, comercialización y transformación). Esperamos que sea en breve. No ha podido celebrarse antes porque la campaña del atún rojo acaba de finalizar.

7º) Me gustaría que considerasen de nuevo la propuesta que les hice de 6:6:6.

Ya conocen esta propuesta ¿Hace falta que explique algún aspecto de la misma?

Consideramos que es lo mejor para todos, porque es conciliadora con las dos posiciones enfrentadas: permite 6 plazas para el sector francés. Y permite la paridad para el sector canario. Además permite una representación equilibrada y amplia, ajustándose a la normativa vigente.

Solo habría que justificar la ampliación a 30 plazas para una mayor representatividad de las flotas artesanales que reflejase su peso en nuestras RUPs. Lo cual sería fácil de justificar. No entendemos porque las RUPs francesas y portuguesas no se han pronunciado todavía sobre nuestra propuesta. Creo que ya es hora de que lo hagan.

Pediremos a la representante de la Comisión que trasladen nuestra propuesta a los representantes de las RUPs francesas y portuguesas.

Creemos que esta solución es la más rápida, porque dudamos que Don Fernando Gutiérrez fomente en la Federación Regional la participación de las Cofradías en esta reunión, evitando así el diálogo que solicitamos entre todos. También dudamos de si aceptaría el resultado de la reunión si ganase la opción de 6:6:6. Ya ganó esta opción dos veces. Y no paró hasta que salió la otra opción, la 6:4:3.





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Si las RUPs francesas y portuguesas aceptasen nuestra propuesta estaríamos en condiciones de iniciar la constitución del CC-RUPs. Estamos abiertos a debatir cualquier aspecto sobre nuestra propuesta. Pero creemos que es la mejor solución para todos.